



Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 4, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar públicos os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 3º quadrimestre de 2014, conforme Anexos I a V desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL	R\$ 1,00 DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		3.213.590.930,41	7.312.757,81
Pessoal Ativo		2.738.781.432,21	6.934.112,51
Pessoal Inativo e Pensionistas		474.809.498,20	378.645,30
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		471.776.288,62	37,68
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		49.493.904,29	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		422.282.384,33	37,68
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados			
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		2.741.814.641,79	7.312.720,13
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		2.749.127.361,92	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		641.578.197.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,43	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,60%		3.849.469.182,00	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,57%		3.656.995.722,90	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,54%		3.464.522.263,80	

Fonte: Sistema SIAFI Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 20/jan/2015 e hora de emissão 15h e 30m.
Nota: Foi incluída a despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/4/2010.

Valores expressos em unidade de Real, conforme determinado pelo Tribunal de Contas da União.

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

LAURO PINTO CARDOSO NETO
Secretário-Geral

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
Auditor-Chefe

ANEXO II
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL	R\$ 1,00 DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		483.355.593,88	1.078.258,12
Pessoal Ativo		422.089.509,03	786.007,97
Pessoal Inativo e Pensionistas		61.266.084,85	292.250,15
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		63.091.266,14	



Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	8.872.931,14	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	54.218.335,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	420.264.327,74	1.078.258,12
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	421.342.585,86	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	VALOR	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	641.578.197.000,00	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF e Decreto nº 6.334/2007) - 0,092%	0,0657	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,0874%	590.251.941,24	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,0828%	560.739.344,18	
	531.226.747,12	

Fonte: Sistema SIAFI Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 20/jan/2015 e hora de emissão 15h e 30m.

Nota: Valores expressos em unidade de Real, conforme determinado pelo Tribunal de Contas da União.

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

LAURO PINTO CARDOSO NETO
Secretário-Geral

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
Auditor-Chefe

ANEXO III

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") DESTINAÇÃO DE RECURSOS	R\$ 1,00		
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Contribuição Plano Seguridade Social Servidor (56)	424.411,93	15.734,42	408.677,51
Contribuição Patronal p/ Plano de Segur. Social Serv. (69)	54.624,67	5.323,61	49.301,06
Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional (88)	349.017,55		349.017,55
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	828.054,15	21.058,03	806.996,12
Recursos Ordinários (00)	606.729.164,74	207.410.119,56	399.319.045,18
Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados (50)	2.802.133,92	120.787,27	2.681.346,65
Recursos Diversos (90)	27.818,24	27.818,24	
Outras Disponibilidades e Obrigações ¹	340.051,16	340.041,16	10,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	609.899.168,06	207.898.766,23	402.000.401,83
TOTAL (III) = (I + II)	610.727.222,21	207.919.824,26	402.807.397,95

Fonte: Sistema SIAFI Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 20/jan/2015 e hora de emissão 15h e 30m.

Nota: ¹ Inclui valores disponíveis em "Outras Contas Bancárias" e valores de obrigações financeiras não classificadas nas rubricas anteriores.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

LAURO PINTO CARDOSO NETO
Secretário-Geral

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
Auditor-Chefe

ANEXO IV

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b") DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Contribuição Plano Seguridade Social Servidor (56)			15.734,42	37,68	408.677,51	
Contribuição Patronal p/ Plano de Segur. Social Serv. (69)			5.322,62		49.301,06	
Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional (88)					349.017,55	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)			21.057,04	37,68	806.996,12	
Recursos Ordinários (00)	1.783.402,32	3.568.345,11	160.853.059,19	369.606.098,56	399.319.045,18	
Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados (50)			120.787,27	145.248,00	2.681.346,65	
Recursos Diversos (90)						
Outras Disponibilidades e Obrigações					10,00	



TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.783.402,32	3.568.345,11	160.973.846,46	369.751.346,56	402.000.401,83
TOTAL (III) = (I + II)	1.783.402,32	3.568.345,11	160.994.903,50	369.751.384,24	402.807.397,95

Fonte: Sistema SIAFI Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 20/jan/2015 e hora de emissão 15h e 30m.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

LAURO PINTO CARDOSO NETO
Secretário-Geral

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
Auditor-Chefe

ANEXO V

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

LRf, art. 48 - Anexo 7	VALOR	RS 1,00 % SOBRE A RCL
DESPESA COM PESSOAL - MPU		
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.749.127.361,92	0,43
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,60%	3.849.469.182,00	0,60
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,57%	3.656.995.722,90	0,57
DESPESA COM PESSOAL - MPDFT		
Despesa Total com Pessoal - DTP	421.342.585,86	0,0657
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,092%	590.251.941,24	0,0920
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,0874%	560.739.344,18	0,0874
RESTOS A PAGAR		
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	369.751.384,24	402.807.397,95

Fonte: Sistema SIAFI Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 20/jan/2015 e hora de emissão 15h e 30m.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

LAURO PINTO CARDOSO NETO
Secretário-Geral

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
Auditor-Chefe

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 29, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Alterar a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.

A VICE-PROCURADORA-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria PGT nº 372, de 14 de setembro de 2007, Considerando a necessidade de adequar a Estrutura Organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região/ES; Considerando a estrutura do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, definida pela Portaria nº 161, de 3/4/2013, publicada no Diário Oficial da União de 8.4.2013, alterada pela Portaria nº 235, de 28.4.2014, publicada no Diário Oficial da União de 2.5.2014, pela Portaria nº 544, de 5.9.2014, publicada no Diário Oficial da União de 10.9.2014, resolve:

Art. 1º. Alterar a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, na forma discriminada em anexo.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS

ANEXO

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
Nº de Funções	Denominação	Código	Nº de Funções	Denominação	Código
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO/ES			PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO/ES		
1	PROCURADOR-CHEFE	CC 04	1	PROCURADOR-CHEFE	CC 04
1	CHEFIA DO GABINETE CHEFE	CC 01	1	1.0 GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE Chefe	CC 01
			1	Assistente Nível I	FC 01
1	Setor de Relatórios, Estatísticas e Apoio às Coordenadorias Nacionais e Regionais Chefe	FC 03	1	1.0.1 Setor de Relatórios, Estatísticas e Apoio às Coordenadorias Nacionais e Regionais Chefe	FC 03
1	NÚCLEO ADMINISTRATIVO/CONTÁBIL Chefe	CC 01	1	1.0.2 Núcleo Administrativo/Contábil Chefe	CC 01
1	Setor de Apoio Administrativo Chefe	FC 02	1	1.0.2.1 Setor de Apoio Administrativo Chefe	FC 02
1	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO Assessor-Chefe	FC 03			
	ASSESSORIA JURÍDICA				